**1. O CASO DO MENINO ANTÔNIO**

    A história de sofrimento do menino Antônio começou aos 3 anos de idade, quando, juntamente com sua irmã recém-nascida, foi abandonado por sua mãe biológica. Na ocorrência de seu primeiro abandono, foi levado a um abrigo da justiça e encaminhado para uma das instituições de acolhimento da sua cidade, um pequeno município de Minas Gerais.

        O abrigo era um lugar confuso, cada dia vinha uma pessoa diferente cuidar dele. Sua irmãzinha era muito nova para perceber, mas Antônio não gostava muito de todas aquelas pessoas, apesar de tanta gente cuidado dele, se sentia só. A verdade é que não entendia muito bem onde estava sua mãe e porque não podia vê-la, porque tinha de ficar naquele lugar...só queria ir para casa.

Passado cerca de um ano, um casal vindo de Uberlândia mostrou-se interessado em adotar Antônio e sua irmãzinha, Isabela, e então se deu início o processo de adoção dos irmãos. O casal era composto de um homem e uma mulher entre 35-45 anos, de classe média, sendo que sua motivação para adotar era a impossibilidade de gerar filhos biológicos.

      Após um tempo de adoção, percebeu-se que convivência entre Antônio e seus pais adotivos não era fácil: havia muitos conflitos entre o casal e o menino, o que levou inclusive a desentendimentos entre os novos pais, que começaram a brigar frequentemente. Testemunhas relatam ter visto agressões verbais e físicas ao menino por parte destes, que aparentemente não sabiam lidar com a situação.

Depois de um período de convivência de dois anos, o casal entrou em contato com a Justiça e devolveu o menino à instituição a que pertencia, em outra cidade, sem nenhuma justificativa concreta. Desse modo, além de sofrer um segundo abandono, Antônio foi também separado de sua irmã, a única pessoa com a qual tinha laços afetivos, o que maximiza ainda mais o sofrimento causado pelo sentimento de rejeição.

\*\*\*

O caso de Antônio serve para ilustrar o problema do abandono de crianças adotadas no Brasil. Com pouca visibilidade tanto nos meios de comunicação como no meio acadêmico, a devolução é uma realidade a ser explorada e problematizada, no sentido de compreender melhor as várias facetas que influenciam uma situação de abandono. Para tal, o presente estudo se utilizará da abordagem etológica, fazendo primeiramente um panorama geral sobre a adoção comparada e a adoção humana no Brasil, para depois adentrar mais a fundo no problema da devolução e as possibilidades de prevenção e intervenção.

**2. ADOÇÃO: DO CONTEXTO GLOBAL AO PARTICULAR**

Na espécie humana, há relatos de adoção de crianças tão antigos como a Roma antiga, sendo esta prática, ainda hoje, existente em inúmeras populações e culturas, sob diversas formas. Na sociedade ocidental, a adoção virou prática relativamente comum, principalmente para casais que por algum motivo não podem ter filhos, enquanto na sociedade Haussa, um povo do Sahel africano ocidental, a entrega de um filho por uma família fértil a uma mulher infértil é obrigatória. Já para os Inuit do Canadá e Groenlândia, há a adoção opcional, onde os pais que não querem a criança a entregam para outra família, e a adoção obrigatória, onde os órfãos são acolhidos obrigatoriamente pelos membros da comunidade. No Havaí, a adoção é vista como uma forma de fortalecer amizades entre as pessoas, um símbolo de solidariedade e afeto (Oliveira, 2002). No Brasil, foco central do trabalho, a adoção constitui em colocar uma criança privada de família em um lar substituto, procurando eliminar qualquer diferença legal entre filho biológico e adotado (Ghirardi, 2008).

Apesar de terem características e problemáticas diferentes nas variadas culturas, fica clara a grande disposição do ser humano por cuidar de outros membros de sua espécie, mesmo que sem a relação de parentesco. Segundo pesquisa de Lídia Weber (Jornal Voz do Paraná, 2002) com pais e filhos adotivos, a grande maioria das adoções no Brasil é bem sucedida: o nível de vínculo e intimidade dos pais e filhos adotivos é tão forte quanto de pais biológicos. Através de entrevistas com mais de 400 pais adotivos e seus filhos em mais de 105 cidades do Brasil, Weber chega à conclusão de que ambas as partes se sentem satisfeitas com sua família e levam uma vida normal. Ao contrário do que se pensa, os filhos adotivos não têm desejo de conhecer seus pais biológicos e nem de ter informações sobre eles. 92.5% dos filhos adotivos afirmam amar seus pais como qualquer outra criança/adolescente de sua idade.

**3.** **UM OLHAR EVOLUTIVO SOBRE A ADOÇÃO**

A adoção é uma prática que consiste em cuidados parentais sistemáticos concedidos a um indivíduo por outro, que pode ou não ser diretamente aparentado a ele. Ela pode ser inter ou intraespecífica, sendo um fenômeno pouco comum no reino animal, apesar de ser encontrada em diversas espécies, tanto em situação de vida livre, quanto em cativeiro. Dentre elas, as que mais adotam são aves e mamíferos, em especial, os seres humanos.

Sob um olhar evolutivo, destinar cuidados a um indivíduo que não porta os genes do cuidador pode parecer pouco adaptativo a princípio, uma vez que recursos energéticos e ambientais são gastos sem que haja um benefício explícito do cuidador e, nos casos interespecíficos, nem mesmo há promoção dos genes da espécie. Esta visão, porém, se mostra errônea, pois existem diversos motivos para a ocorrência do comportamento adotivo, como alguma forma de ganho para o indivíduo que adota.

Dentre as várias razões encontradas para a adoção de filhotes, pode-se formar dois grupos: no primeiro grupo, a motivação da adoção envolve benefício próprio, enquanto no segundo, a adoção é desinteressada, ou seja, há mais custos do que ganhos para o adotante. No primeiro grupo, os adotantes são levados a dedicar recursos energéticos e ambientais a um filhote visando seu próprio benefício, e como consequência acabam ajudando tais neonatos. Dentro deste grupo existe uma grande variação de formas de ganho para o adulto, que podem ser imediatas ou de longo prazo. Por exemplo, no primeiro caso se encontram indivíduos que adquirem maior status social por estarem próximos a um neonato, o que ocorre em algumas espécies de primatas que adotam um bebê para subir na hierarquia do bando (Riedman, 1982). No segundo caso, estão os indivíduos que ganham experiência em cuidado parental, comumente encontrado em primatas e animais marinhos como focas e leões marinhos. O comportamento de adoção nesse caso posteriormente favorecerá seus próprios filhotes, aumentando seu tempo de sobrevivência e sua chance de reprodução (Riedman, 1982).

Já nas adoções desinteressadas, o comportamento de destinar cuidados a um filhote com o qual não se tem parentesco genético se relaciona com fatores fisiológicos, como alterações nos níveis de hormônios e neurotransmissores. Desta forma, as fêmeas dispendem cuidados aos juvenis, auxiliando sua sobrevivência, sendo seus ganhos com tais ações secundários e podendo haver prejuízo aos seus próprio filhotes, que dividem recursos com um outro. Nestas situações, os adotantes geralmente são fêmeas cujos filhotes nasceram recentemente, de forma que elas ainda estão altamente motivadas para interagir com infantes. Durante este período sensível, cuja duração varia entre as espécies, não só a responsividade materna está aumentada, mas a discriminação quanto à familiaridade dos filhotes está rebaixada, o que explica a adoção de indivíduos de outras espécies. Em certas linhagens de ratos, as fêmeas alimentarão qualquer bebê que apareça em seu ninho, desde que tenha idade semelhante à de seus filhotes. A aceitação de filhotes estranhos está diretamente relacionada à data do parto: quanto mais próximo do parto, isto é, mais novo o filhote, maior aceitação da mãe (Oliveira, 2002). Outro exemplo disto é o caso de um filhote de pato adotado por uma gata em período pós-parto, com a qual o encontro poderia ter resultado em morte, caso ela não estivesse sensível aos estímulos de infantes.

Há também outro caso curioso de adoção interespecífica entre um macaco-aranha e um filhote de bugio: ambas as espécies diferem totalmente em aparência. Os pesquisadores que descreveram o caso concluíram que a adoção foi influenciada pelos sinais que indicam a vulnerabilidade do filhote: tamanho reduzido, cabeça grande, sinais neotênicos em geral que eliciaram o comportamento maternal na fêmea de macaco-aranha (Oliveira, 2002).  Porém, nem sempre os sinais neotênicos são suficientes: em certos animais, como nas cabras ou gatas, é preciso que haja outras condições adjacentes para tornar a adoção possível, como o isolamento de fêmea e do filhote de outros animais, o contato íntimo entre os dois, ou o tamanho da ninhada já existente da fêmea. Se esses fatores não forem ideais, mesmo que a fêmea esteja disponível para a maternidade, com níveis hormonais adequados, ela vai ignorar o filhote e pode até se tornar agressiva (Oliveira, 2002).

Na adoção humana os grupos acima descritos também se verificam: há  casos onde os adultos se beneficiam satisfazendo o desejo de paternidade, e consequentemente beneficiam a criança adotada, e também há situações onde a motivação dos adotantes é auxiliar crianças carentes, ou seja, onde o maior benefício recai sobre o adotado. Geralmente, esta modalidade de auxílio a jovens abandonados está relacionada a casais de meia idade, que já possuem filhos, enquanto os que adotam em prol da satisfação pessoal são casais mais jovens, onde um dos indivíduos é infértil. É importante ressaltar que, diferente do que acontece nas outras espécies, nos casos humanos onde há maior benefício ao jovem não são necessárias condições fisiológicas parturientes que influenciem a responsividade aos estímulos de neonatos. Apesar de elas terem alguma influência, a maior motivação para adotar na espécie humana é de caráter majoritariamente social.

**4. A TEORIA DO APEGO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ADOÇÃO**

John Bowlby, influenciado pelos estudos de Konrad Lorenz  sobre a estampagem e pelos estudos de Harry Harlow sobre a vinculação afetiva dos filhotes de macacos rhesus, desenvolveu a sua teoria do apego. A estampagem, observada inicialmente em patinhos e gancinhos por Lorenz, em seu trabalho de 1957, chamava atenção principalmente pelo fato de ocorrer nas primeiras horas de eclosão e pela rapidez do vínculo, demonstrando assim uma predisposição natural para tal. Essa predisposição também era vista no experimento com macacos rhesus de Harlow, publicado em 1962, onde se observou a vinculação dos macaquinhos à mãe de pano, que proporcionava um contato físico aconchegante e a não vinculação com a mãe de arame, provedora do alimento. Constatando então questões da predisposição, dos períodos sensíveis, das preferências primárias, dos efeitos de longo prazo e da resiliência do processo, Bowlby realizou suas  investigações sobre o apego humano.

Segundo Bussab (2005), o apego está relacionado ao desejo de manter proximidade e contato, e isso se dá pelo vínculo que é criado no apego. Em tais processos estão envolvidas intensas emoções: Bowlby, citado por Bussab (2005), pontua que um vínculo é uma fonte de alegria e, por outro lado, a ameaça de separação pode provocar ansiedade, medo, raiva e tristeza. A falta de acesso à figura de apego promove a ansiedade de separação e ativa os comportamentos de busca, o que normalmente promove o reencontro com a figura de apego. Essas emoções e comportamentos também são sinais de alerta para o cuidador, além das funções de auto-monitoramento do indivíduo.

Para Bowlby (como citado em Bussab, 2005), o sistema de apego tem função de proteção, portanto, a distância da figura de apego é considerada um indicador natural de perigo crescente – pois é um estímulo não necessariamente perigoso, mas que aumenta a probabilidade de perigo. A ausência da figura de apego causa angústia, que é um indicador de perigo justamente por essa ausência. A angústia assim se difere do alarme, que é indicador de perigo na presença de algo ameaçador.

Bowlby ilustra, então, o alarme. Quando a criança está alarmada, ela procura a figura de apego – assim também quando ela está com fome ou cansada – para se deixar cuidar; já quando está confiante, se afasta da figura e explora o ambiente. Sorce e Emde (como citado em Bussab, 2003) apontam então que o sistema de cuidado da mãe opera se regulando com o sistema de apego da criança; quando a mãe deposita mais atenção na criança, esta se sente mais segura para explorar uma maior área do ambiente.

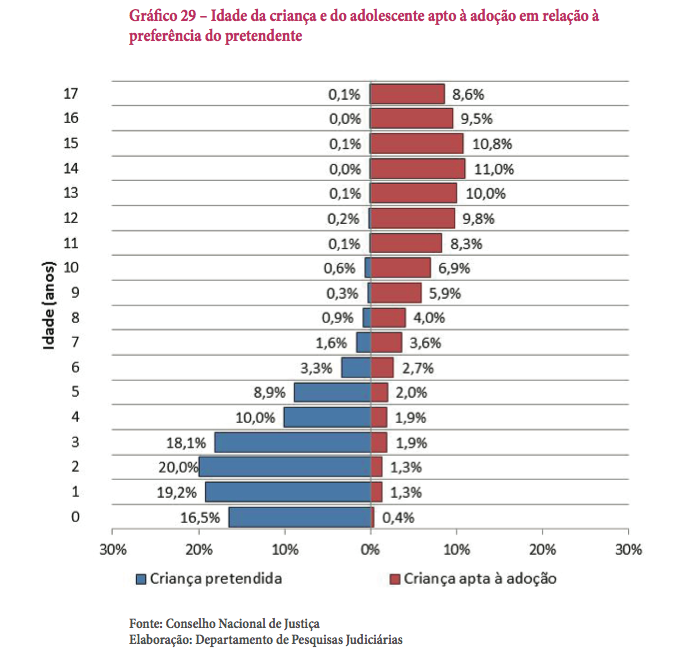
Sendo assim, as diferentes interações do indivíduo com os cuidadores durante seu desenvolvimento irão gerar um dos diferentes estilos de apego, e isso deve ser levado em conta quando se fala em adoção. A questão do apego pode influenciar tanto na adoção quanto na devolução de crianças adotadas, uma vez que pode haver uma preferência por idade – já que o vínculo se constrói no desenvolvimento desde o nascimento – ou o estilo de apego da criança pode gerar interações de conflito na família, dificultando a construção do vínculo afetivo com a nova família. Um exemplo é a comunicação em um estilo de apego evitativo, no qual, segundo Grossman (como citado em Bussab, 2003), tende a acontecer de modo que quanto mais a criança ficar alterada por se separar dos cuidadores, menos ela se comunica diretamente com eles, dificultando assim que o reencontro proporcione um alívio da tensão criada pela separação. Essa interação poderia ser bem danosa em um contexto de adoção, o que seria diferente com uma criança de estilo de apego seguro, onde geralmente a comunicação de emoções é mais aberta, possibilitando que o reencontro alivie as tensões criadas pela separação.

Cavalcanti e Magalhães (2012) resumem de modo sucinto as consequências que os tipos de apego revelam: as crianças que desenvolvem o apego seguro têm maior habilidade na resolução de problemas, na comunicação com seus pais e outras figuras de convivência como colegas e professores, são mais independentes, interativas e afetivas. Já as crianças com comportamento inseguro tendem a ter comportamentos mais agressivos e pré-disposições para a sintomatologia dissociativa.

**5. UM BREVE PERFIL DA ADOÇÃO NO BRASIL**

Para entender melhor o perfil das pessoas que pretendem adotar no Brasil e as crianças e adolescentes disponíveis para a adoção, recorremos ao Conselho Nacional de Justiça [CNJ] (2013), documento que reúne os dados coletados sobre adoções no Brasil. O cadastro dos pretendentes contém informações sobre dados pessoais (nome, nacionalidade, sexo, cor, estado civil), profissão e escolaridade, faixa salarial, se possui filhos (quantos/idade/se são biológicos ou adotados), e qual o perfil da criança ou adolescente que pretende adotar.

Segundo o CNJ (2013), havia, em julho de 2012, cerca de 5.281 crianças e adolescentes aptos para adoção, acolhidos em instituições tais como ONGs, comunidades religiosas, instituições governamentais, etc. O número de pretendentes à adoção no Brasil é superior ao número de crianças e adolescentes disponíveis para adoção, totalizando em 28.151 interessados. Deste modo, o processo de adoção deveria ser rápido e simples, com tamanha demanda por filhos adotivos no Brasil. Porém, não é assim que acontece: o processo é lento e muitas vezes pode demorar anos. O gráfico abaixo pode nos ajudar a compreender o motivo da demora:



        De acordo com o gráfico, 92,7% dos pretendentes gostariam de adotar crianças de 0 a 5 anos. Observa-se uma discrepância grande no gráfico: há apenas 8,8% crianças dessa idade para adoção, enquanto a maioria situa-se entre 10 e 17 anos. Como exemplo, pode-se citar o interesse por crianças de dois anos: 20% dos pretendentes quer adotá-las, enquanto há apenas 1,3% de crianças nesta faixa. Enquanto isso, 0% dos pretendentes se mostra interessado em adotar um adolescente de 14 anos, faixa com maior número de pessoas a serem adotadas (11%).

         A partir de análises cruzadas feitas pelo CNJ que consideram a preferência por idade, sexo e cor da criança ou do adolescente, é possível ver algumas conclusões relevantes acerca das preferências por adoções: 90% dos pretendentes quer adotar uma criança de 0 a 5 anos, enquanto há apenas 0,9% de crianças disponíveis dessa idade. As variáveis de sexo e cor não são tão importantes para o pretendente quanto a idade e não são fatores impeditivos de adoção. Conclui-se então que o maior obstáculos para a realização de adoções é realmente a disparidade entre a idade pretendida e a idade disponível de adoção.

**6. DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REALIDADE E UM TABU**

A devolução de crianças ao sistema de adoção não é um problema muito exposto e abordado no cotidiano. Pouco se fala sobre adoção e muito menos sobre as crianças que, por algum motivo, não conseguiram se adaptar às suas novas famílias e são mandadas de volta às instituições de acolhimento.

Apesar da maioria dos casos de adoção serem bem sucedidos, observa-se que há um número crescente de adoções terminam em devolução. Não foram encontrados dados oficiais sobre o número de casos no Brasil: acredita-se que esse número não seja estudado e divulgado pelo fato da devolução ter um caráter de tabu e não estar prevista em lei.

    Na atual legislação brasileira, segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), não existe possibilidade de devolução de crianças ou adolescentes adotados: a adoção é irrevogável, segundo o artigo 48. As devoluções de crianças e adolescentes ocorrem no estágio de convivência, que é um período de guarda provisória da criança. A guarda provisória varia de um a dois anos dependendo do caso, e é determinada pelo juiz da Vara da Infância e Juventude que concedeu a adoção aos pais pretendentes. (Spina, 2001).

   Spina (2001) afirma não ter encontrado em suas pesquisas uma porcentagem de casos de devolução, porém, diz que elas apontam para um aumento maior nos casos de devolução devido ao aumento de adoções de crianças mais velhas e com necessidades especiais, por exemplo, crianças que exigem a adoção conjunta de irmãos, com dificuldades físicas, emocionais ou de aprendizagem.

    Ainda, Spina aponta para a importância do tabu na questão da devolução: os órgãos judiciais (Fórum judiciário, Conselho Tutelar, Abrigo) que cuidam desses casos geralmente se referem às devoluções através de eufemismos como “não houve adaptação entre as partes”, “desencontro entre as partes”, “não houve sucesso na adoção”, evitando assim a palavra “devolução”. A autora afirma haver muito desconforto entre os funcionários desses órgãos ao falar sobre esses casos, o que remete ao evidente sofrimento causado pelo insucesso da adoção (Spina, 2001).

         Mas qual seriam então os motivos pelos quais a adoção não dá certo, a ponto de ocorrer uma devolução?

**7. MOTIVOS PARA A DEVOULUÇÃO - problemática parental**

Como relatado anteriormente, existem dois principais tipos de adoção: as desinteressadas e as que favorecem o adotante. No caso dos brasileiros, a grande maioria dos adotantes não possuem filhos biológicos, como apontam diversas pesquisas, buscando na adoção a solução para problemas de fertilidade. Segundo um estudo realizado por Lídia Weber, (2001 como citado em Ghirardi, 2008) estes casais representam 63,3% dos adotantes. Já os dados encontrados por Reppold e Hutz (2003 como citado em Rangel, 2007) mostram que 60% dos candidatos a adoção são motivados pela ausência de filhos biológicos, enquanto para Paiva (2004 como citado em Ghirardi, 2008) estes somam 76,2%. Além disso, cerca de 75% de tais candidatos brasileiros, segundo o Cadastro Nacional de Justiça, não possuem filhos biológicos. Sendo assim, entre 30 em 40% dos pretendentes que procuram a Vara da Infância e da Juventude se encaixam no segundo grupo descrito, visando auxiliar jovens destituídos de apoio familiar.

Apesar das diferenças motivacionais existentes entre os dois grupos de adotantes, casos de devolução estão presentes em ambos e se relacionam à impossibilidade de adaptação da criança ao novo ambiente familiar, que acontece quando há ocorrência de conflitos incontornáveis (Ghirardi, 2008). Apesar das inúmeras precauções da Justiça, como o estabelecimento de visitas às instituições pelos pretendentes à adoção e um estágio de convivência onde se estabelece uma maior proximamente com o futuro adotado, nem sempre é possível o estabelecimento de um bom relacionamento entre os pais e a criança.

Os motivos para a rejeição de uma criança ou jovem pelos pais adotivos podem ser muitos, estando relacionados a questões do próprio adotado, dos adotantes ou da relação estabelecida entre eles. Apesar disto, dentro de cada um dos grupos de adoção descritos - onde a motivação é o benefício próprio ou do futuro filho - existem situações comuns, que caracterizam grande risco de devolução. Nos casos onde existe um sentimento de "altruísmo" envolvido, os adotantes muitas vezes se sentem como salvadores da criança abandonada. Ao se perceber como bondosa, a família adotiva espera do adotado imensa retribuição e gratidão (Ghirardi, 2008), muitas vezes se esquecendo de que o comportamento de crianças costuma envolver "mal criações", desobediência, birra e diversas formas de confronto, ou seja, atitudes vistas pelos adultos como ingratidão. Sendo assim, tais familiares se esquecem de que é comum aos jovens o confronto com a autoridade dos pais e certo grau de desobediência, de forma que este suposto mau comportamento é visto como anômalo e muitas vezes leva os pais a verem a devolução como única solução.

    Apesar de a maior parte das adoções serem bem sucedidas, o mais problemático dos grupos se encontra entre o dos adotantes com problemas de infecundidade, pelo fato de serem grande maioria dos adotantes (em torno de 60%). A infertilidade é algo que costuma causar grande frustração, implicando importantes impossibilidades e perdas (Ghirardi, 2008). O desejo de paternidade e seu significado na espécie humana é muito importante, e a impossibilidade de realizá-lo é algo que envolve muito sofrimento e sentimentos de inferioridade. Nestes casos, a criança a ser adotada é vista como forma de ressarcimento  deste filho que não pode ser gerado, e recaem sobre ela altas expectativas. O adotado é, então, recebido com a função de compensar uma grande perda, sendo suas características superestimadas. Desta forma, muito comumente tais filhos não biológicos estão aquém das expectativas de seus novos pais, o que causa nos últimos novas decepções, insatisfações e frustrações. Sendo assim, em alguns casos estas são tão grandes que levam os pais a optarem por devolver a criança.

Além das características específicas citadas, permeando os dois grupos de adotantes existem algumas fantasias que contribuem para a dificuldade da vinculação entre criança e pais. No imaginário parental, muitas vezes existe o temor de que a família biológica venha reclamar o seu filho, o que gera medo e angústia naqueles, podendo torná-los resistentes quanto à vinculação com o novo membro da família. Outro fator recorrente é a crença de que a família biológica possui "sangue ruim", levando os adotantes a pensarem que a criança está fadada ao insucesso, não havendo modo de corrigir o que nelas lhes desagrada.

**8. PERFIL DE RISCO**

         A devolução de uma criança ou jovem pode ocorrer, como já dito, como consequência de diversos motivos e sob várias condições. Apesar disso, existe um grupo de risco, composto por pais estéreis e filhos com dois ou mais anos (Camargo, 2006 &  Ghirardi, 2008). Apesar de haver risco de devolução também no grupo desinteressado, o potencial de devolução por pais estéreis se torna maior, visto que são mais numerosos no cenário brasileiro.

  Apesar da falta de dados estatísticos oficiais sobre a devolução no Brasil, pode-se, com base do que foi descrito até então, justificar os componentes do perfil citado. Os pais com problemas de fecundidade possuem diversos sentimentos negativos, como frustração e raiva, e estes, somados às altas suas expectativas, podem ser muito prejudiciais à vinculação com o filho adotivo.

         Quanto ao perfil da criança, o ECA considera que, quanto maior o tempo que a criança ou adolescente ficou em abrigos, maior vai ser sua dificuldade de adaptação à nova família (Bento, 2008). Essa visão condiz com a perspectiva de Bowlby de que quanto maior for o intervalo de separação da mãe natural e a inserção em uma família, maior será o estado de privação afetiva, de forma que a vinculação se torna cada vez mais difícil (Bento, 2008). De acordo com Bento (2008), quanto melhor acolhida for a criança em seu novo ambiente, mais minimizados são os efeitos negativos da adoção.

Recorrendo à psicanálise infantil, Winnicott afirma que a privação afetiva está relacionada com as dificuldades de desenvolvimento emocional da criança. Em um desenvolvimento emocional falho, a criança que é retirada de um ambiente sofre uma perturbação que vai além de sua capacidade de compreensão. Por causa da angústia gerada por essa frustração enorme, a criança reorganiza sua psique de modo a aumentar muito as defesas do ego, tornando-se emocionalmente paralisada. Winnicott aponta ainda a importância da rede familiar para a maturidade emocional da criança, sendo o contexto familiar essencial para tal (Bento, 2008).

Dito isto, evidencia-se a dificuldade crescente de vinculação da criança conforme sua idade. Se a criança ou o adolescente não crescerem em um ambiente onde seja possível a maturação emocional, pode vir a ter uma postura defensiva que, muitas vezes, se converge em agressão.

Camargo (2006), em seu livro “Adoção Tardia”, traça um perfil das consideradas não adotáveis no contexto social brasileiro. Para o autor, crianças com mais de dois anos, negras, portadores de deficiência ou problema médico são as mais rejeitadas pelos pais pretendentes à adoção. Essas crianças e adolescentes são vítimas de múltiplos abandonos: o abandono da família biológica, do Estado e da sociedade.

        Apoiado em entrevistas com cinco famílias brasileiras, Camargo (2006) chega à conclusão de que a criança recém-nascida é mais procurada por causa do que ela representa no imaginário dos pais: representam novas possibilidades e expectativas de realização. Através de sua pesquisa, Mário extrai algumas posições dos pais que querem adotar recém-nascidos: eles acreditam que, ao adotar um recém-nascido, a adaptação entre pais e filho será mais tranquila devido à maior facilidade do estabelecimento do vínculo, que será mais profundo. Maior facilidade esta preconizada pela teoria do apego de Bowlby, já mencionada, que também indica maior facilidade de vinculação quanto mais jovem a criança, visto que os traços neotênicos e a disposição ao vínculo têm seu ápice nos primeiros meses de vida. Ainda, os pais afirmam que, deste modo, as marcas de rejeição e abandono pela família biológica serão mais atenuadas.

      Há também a questão do desejo de simular uma família comum: os pais querem acompanhar os primeiros atos do bebê, suas primeiras palavras, passos, etc. A motivação para adotar um recém-nascido vem muito do desejo de poder cuidar de um bebê como se fosse seu; niná-lo, trocar fraldas, dar banho. Ter a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento do bebê desde o início é uma experiência muito significativa para os pais: querem estar presentes nas comemorações de aniversário, compor álbuns familiares, acompanhar a alfabetização, eventos esportivos… Deste modo, a criança recém nascida se torna a possibilidade de realização que até então lhes foi negada (Camargo, 2006).

        Ao serem indagados sobre o fato de não aceitarem crianças maiores de 2 anos de idade, os pretendentes revelam ter medo de que a criança não se adapte à sua nova dinâmica familiar devido ao tempo que já passou em outra família ou instituição. Afirmam que a criança já terá formado sua personalidade e seu caráter e isso resultará em dificuldades de convivência. Alguns afirmam até crer na impossibilidade do estabelecimento do vínculo tendo em vista seu histórico de rejeição. Outros têm medo de que haja um interesse exagerado em conhecer/voltar para os pais biológicos e que por isso os filhos se revoltariam ou fugiriam de casa. (Camargo, 2006).

        Camargo (2006) traça o perfil de crianças evitadas na adoção, que permanecem em instituições. Porém, podemos fazer um paralelo com crianças e adolescentes geralmente devolvidos à instituições:

Como afirma Spina (2001), o aumento das devoluções se dá pelo aumento de adoções de crianças mais velhas e com dificuldades físicas ou psíquicas. Assumimos que, pela ansiedade em adotar uma criança, muitos pais acabam aceitando crianças que não eram originalmente o seu perfil pretendido, porém, suas expectativas de realização ainda se mantém, gerando uma incoerência entre as expectativas no imaginário dos pais adotivos e a realidade das dificuldades da adoção tardia.

        Segundo o trabalho de Carvalho (2014), as crianças e adolescentes envolvidos em adoções tardias têm uma possibilidade maior de terem passado por estados de privação intensos e grandes traumas. Essas dificuldades podem fazer com que a criança ou adolescente se torne agressivo, e apresente um comportamento antissocial em sua adaptação à nova família.

        A criança ou adolescente adotados tardiamente têm uma tendência de “testar” a nova família (Brodzinsky et al., 1998 e Vargas, 1998 como citado em Costa, N. R do A. & Rossetti-Ferreira, M.C, 2007) apresentando comportamentos agressivos como bater, xingar ou até fugir. No caso da criança mais velha, tantos os pais como os filhos adotivos passaram por um processo de idealização e expectativas imaginárias, e o conflito entre as idealizações de ambos os lados é mais visível deste modo, mais fácil de vir a tona. A psicóloga da Vara da Infância e Juventude entrevistada na pesquisa afirmou ser comum a devolução de adolescentes que começam a expressar sintomas agressivos.

        Carvalho (2014) chama atenção para a importância da preparação na adoção tardia: todas as psicólogas entrevistadas destacam a falta de preparação tanto dos pais como das crianças/adolescentes, elemento fundamental nos casos de devolução.

        Surge então a necessidade de uma preparação prévia tanto dos pais como da crianças ou adolescente para evitar a devolução no processo da adoção e para facilitar o convívio entre as partes. No que concerne a criança, é preciso auxiliá-la na elaboração e apropriação de sua história de vida, na transição entre casa de acolhimento e casa dos pais adotivos e na agressividade que pode se manifestar na convivência com os pais adotivos. Considerando os pretendentes, é preciso ajudá-los a lidar com as questões de idealização e expectativa, elaborando com eles as motivações que os levaram a querer adotar uma criança ou adolescente e os possíveis rumos que a adoção pode tomar (Carvalho, 2014).

**9. POLÍTICAS DE INTEVENÇÃO**

É visto, atualmente, o esforço que os órgãos envolvidos na adoção de crianças e adolescentes faz para que uma situação de devolução não ocorra. Como descrito em Bento (2008), há uma grande preocupação na inserção gradual dos adotados na vida dos pais adotivos, bem como estão disponíveis acompanhamentos psicológicos tanto com o adotado como com os pais. No que concerne à criança e ao adolescente, é possível atendimentos tanto no sentido de trabalhar sua própria história de vida e compreender a própria situação, como uma preparação para o que está por vir, para que assim ela possa se situar melhor em seu novo ambiente, elaborar sua agressividade, expor suas inseguranças, etc. Com relação aos pais, é feito o mesmo processo: eles passam por análises para elaborar seus motivos de adoção e para compreender melhor a situação do filho adotivo e os possíveis problemas e conflitos que surgirão a partir disso.

Porém, fica a questão: como a abordagem etológica pode auxiliar no problema?

Atrelando a teoria do apego de Bowlby e suas atualizações à realidade, o grupo acredita que é possível melhorar a capacidade vinculativa na adoção tardia ao levar em consideração o contexto das instituições e abrigos, onde as crianças e adolescentes passam esse período crítico determinante do desenvolvimento da afetividade. É importante também que se olhe pelo lado do desenvolvimento, como por exemplo, atentar à *fase de recepção*, descrita por Keller (como citado em Bussab, 2001) – que vai do zero aos dois/três anos de idade – como contendo a primeira tarefa do desenvolvimento, que é a aquisição de uma matriz social primária que deve ser adaptativa ao respectivo meio ambiente, que vai determinar suas ações posteriores. Desse modo, é importantíssimo atentar a esse período da vida da criança e suas consequências.

Bowlby (como citado em Bussab, 2005) chama a atenção para os riscos da falta de cuidado personalizado nas instituições que abrigam crianças. As crianças crescem em cenários vividos pelos pais e projetados por eles e, no caso dos orfanatos, elas crescem em cenários que poderiam ser melhores projetados pelos cuidadores e órgãos oficiais, levando em consideração o desenvolvimento do apego.

É essencial reconhecer as condições em que as crianças são cuidadas nos abrigos, onde muitas vezes há negligência dos cuidadores e convivência com múltiplos funcionários sem a possibilidade de apego exclusivo com nenhum deles, o que expõe as crianças aos efeitos danosos da privação afetiva. Estudos da literatura demonstram que a criança com apego inseguro se comporta como se sua vida fosse tão marcada pelas perdas que essas perdas não conseguem ser atenuadas pelas novas experiências afetivas da adoção (Cavalcanti & Magalhães. 2012).

Ainda, é importante lembrar que quanto maior o tempo dentro da instituição e quanto maior a idade da criança, mais dificuldades ela terá na formação de seus vínculos. Isso significa que quanto menor o tempo na instituição e mais rápido o processo de adoção, menos danos serão afligidos à criança dentro do abrigo (Cavalcanti & Magalhães, 2012; Bento, 2008). Em um mundo ideal, seria necessário tornar breve o tempo da criança na instituição e, ao mesmo tempo, proporcionar condições de vinculação dentro do abrigo, para que ela possa continuar a desenvolver seus vínculos apesar do abandono pela família biológica e enquanto aguarda por uma nova família.

       Dito isto, o grupo propõe como intervenção a educação de pessoas ligadas ao sistema de adoção e aos abrigos, ressaltando a formulação do apego e a importância do desenvolvimento afetivo das crianças para toda a vida. É necessário pensar, em conjunto com os funcionários envolvidos com a adoção, em formas mais saudáveis de cuidado dentro das instituições, para que as crianças desenvolvam um estilo de apego que atenuaria o conflito entre pais e filhos na adoção e por sua vez evitaria a devolução de crianças ao sistema.

Algumas medidas já estão sendo tomadas neste sentido. Como exemplo, pode-se citar a iniciativa da Justiça de São Paulo de um programa de Apadrinhamento de crianças em lares adotivos, onde um adulto (cidadão comum, que não trabalha no local) se compromete a passar tempo com uma criança (mínimo de um encontro por semana), levá-la para passear, fazer atividades, brincar, etc. (http://oglobo.globo.com/sociedade/justica-de-sao-paulo-inicia-projeto-de-padrinhamento-de-criancas-16272356). Outra ideia circulando as redes sociais é a de fundir os lares adotivos com os lares de idosos, proporcionando um ambiente de cuidado mais estável e afetuoso para as crianças, ambiente este que também beneficiaria os idosos.

Torna-se essencial um trabalho conjunto da etologia com outras abordagens terapêuticas, sendo a aplicação da etologia utilizada para o melhor cuidado de crianças dentro de instituições de acolhimento, no sentido de prepará-las para a adoção. O acompanhamento terapêutico com psicoterapia deve ser continuado, integrando as várias disciplinas que podem auxiliar no processo de adoção.

**10. CONCLUSÃO**

A adoção é um fenômeno bastante relevante para a temática humana, estando presente nas sociedades ao longo dos séculos e em diferentes culturas. Não só nos humanos, a adoção também ocorre em outras espécies, por ser uma estratégia adaptativa em diversos contextos, o que possibilita o estudo etológico comparado.

        Nos estudos apresentados, fica evidente as semelhanças encontradas entre humanos e outros animais no que se refere aos tipos de adoção e a sua funcionalidade. Como visto, a destinação de  cuidados parentais sistemáticos a um indivíduo por outro pode trazer vantagens tanto para o animal cuidado como para o cuidador. A partir disto, realizou-se uma diferenciação entre as adoções onde a motivação é o benefício daquele, e as desinteressadas, onde estes são os maiores beneficiados. No caso humano, as adoções realizadas por conta da infertilidade do casal, que representam entre 60 e 80% dos adotantes, são inseridas no primeiro grupo descrito, enquanto a minoria dos adotantes são motivados pelo desejo de auxiliar uma criança ou jovem em situação de abandono. Mostrou-se também que, independente do grupo em que a adoção se enquadra, o apego e o desenvolvimento do vínculo são muito importantes para a boa convivência entre pais e filhos e para o sucesso da adoção. Apesar de a maioria dos processos adotivos realizados no Brasil serem bem sucedidos, a dificuldade de vinculação pode gerar conflitos vistos como insolucionáveis, levando alguns pais a recorrem à devolução.

        Por mais que a devolução seja ilegal e os órgãos judiciais busquem evitar o assunto, ela é um problema real, que merece atenção por sua carga de sofrimento gerada nas crianças e adolescentes abandonados. As devoluções ocorrem, como discutido, em ocasiões em que questões do casal, como altas expectativas sobre o adotado, ou do próprio jovem, como os comportamentos de agressividade e desobediência, levam à não adequação do filho adotivo ao novo ambiente familiar.

        Como demonstrado, os casos de devolução são mais recorrentes quando envolvem adoções tardias - criança com mais de dois anos de idade - e casais com problemas de fertilidade. Nesses casos, os pais muitas vezes não elaboraram as perdas impostas pela infertilidade, ao passo que as crianças, devido à idade, têm maior probabilidade de terem vivenciado estados de privação intensos e traumas, o que pode levar ao parco desenvolvimento de seus afetos e à uma conduta agressiva e insegura.

        Sendo assim, sugere-se que haja uma continuação da preparação psicológica dos pais, para que tomem consciência de possíveis dificuldades a serem enfrentadas, e também dos filhos, para que possam lidar da melhor forma possível com seus medos e inseguranças e se prepararem para um novo lar.

Como proposta de intervenção, propõe-se uma reestruturação das instituições que abrigam jovens e crianças, para que estas criem um ambiente facilitador para o desenvolvimento das capacidades vinculativas desde a primeira infância.

**11. REFERÊNCIAS**

Bento, Rilma. (2008). Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. *Psicologia: teoria e prática*, *10*(2), 202-214. Recuperado em 24 de maio de 2015, de<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200016&lng=pt&tlng=pt>.

Bussab,V.S.R. (2005) A complexidade da vinculação afetiva humana:reflexões sobre a contribuição da Etologia. *Em A. Garcia, RS Tokumaru& EB Borloti (orgs), Etologia: uma perspectiva histórica e tendências contemporâneas.*

Bussab, V.S.R. (2003) Afetividade e interação social em crianças: perspectiva Psico-Etológica. *Tese de Livre Docência, IPUSP (tópicos extraídos da parte 2; pp. 35-45).*

Bussab, V.S.R. (2002) Nas malhas do apego: natureza, cultura e desenvolvimento humano. *Em SAS Leite (org), Cultura, cognição e afetividade. Casa do Psicólogo. Pp – 11-25.*

Carvalho, F. A, de; Gomes, I. C. (2014). Adoção: O Olhar Psicológico Sobre Casos de Adoção. *SIICUSP 2014 – 22o Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo.*

Camargo, M. L. (2006). Adoção Tardia: mitos, medos e expectativas*. Editora EDUSC.*

Cavalcanti, L. I. C.; Magalhães, C. M. C. (2012). Relações de Apego no Contexto da Institucionalização na Infância e na Adoção Tardia. *Psicologia Argumento, Curitiba. Vol. 30, n. 68,* p. 75-85.

Conselho Nacional de Justiça. (2013). *Encontros e desencontros da adoção no Brasil: uma análise do Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça.*Recuperado em 19, abril, 2015.

Ghirardi, M. L. de A. M. (2008)*.* A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica: reedição de histórias de abandono. *Tese de Mestrado em Psicologia, Universidade de São Paulo.*

Oliveira, N. G. dos S. (2002). Padrões de adoção: reinterpretação à luz de uma perspectiva etológica. *Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo.*

Reidman (1982). The evolution of alloparental care and adoption in mammals and birds. *The quarterly review of biology. Vol 57, No 4. (Dec 1982) pp 405-435.*

Spina, C. (2001)*.* Algumas reflexões sobre a devolução no processo de adoção*.* *Tese de Mestrado em Psicologia, Universidade de São Paulo.*